

Eu, Tu, Ele: o entremeio no/do sujeito

Eu, Tu, Ele: the intertwining in/of the subject

DOI 10.20396/lil.v26i52.8674610

Tiago Alves da Silva Lopes
UNICAMP

Resumo

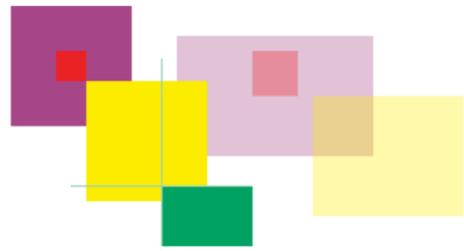
O livro *Eu, Tu, Ele* de Eni Orlandi apresenta teorizações fundamentadas na Análise de Discurso a partir de uma série de temáticas atuais e históricas, constitutivas da nossa formação social. A autora expõe análises, guiadas por um fio condutor centrado na alteridade, sobre a construção das relações sociais/históricas através da narratividade, vista e elaborada discursivamente. Orlandi discute processos discursivos no entremeio entre sujeito-corpo-espaco para analisar a produção de sentidos no espaço urbano. A autora também aborda o funcionamento da linguagem na (re)constituição de identidades e na configuração de estereótipos e preconceitos sobre grupos sociais marginalizados. O livro apresenta reflexões profundas sobre a relação entre linguagem, sentido e mundo, destacando a importância da teoria para compreender as relações sociais e os processos de interpretação na sociedade. O livro, mesmo em sua ampla abertura temática e analítica, mantém um fio condutor consistente, trazendo análises com rigor teórico e crítico, além de dissertar sobre o estado atual da teoria e a prática analítica.

Palavras-chave: Análise de Discurso, Narratividade, Lendas Urbanas, Sujeito, Ideologia.

Abstract

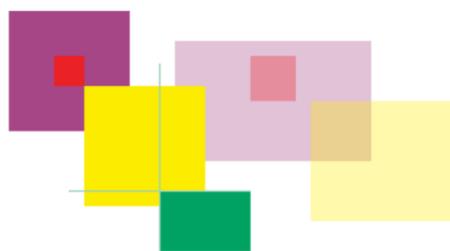
The book *Eu, Tu, Ele* by Eni Orlandi presents theories based on Discourse Analysis situated on a series of current and historical themes, constitutive of our social formation. The author presents analyses, conducted by a guiding thread centered on otherness, on the construction of social/historical relations through narrativity, seen and elaborated discursively. Orlandi discusses discursive processes in the intertwining between subject-body-space to analyze the production of meanings in urban space. The author also addresses the functioning of language in the (re)constitution of identities and in the configuration of stereotypes and prejudices about marginalized social groups. The book presents deep reflections on the relationship between language, meaning and the world, highlighting the importance of theory for understanding social relations and the processes of interpretation in society. The book, even in its broad thematic and analytical opening, maintains a consistent thread, providing analyzes with theoretical and critical rigor, in addition to discussing the current state of theory and analytical practice.

Keywords: Discourse Analysis, Narrativity, Urban Legends, Subject, Ideology.



A obra de Eni Orlandi *Eu, Tu, Ele*, publicada em 2017, é um rico arquivo de análises e teorizações ancoradas em seu vasto percurso na área, mostrando mais uma vez a sua relevância nas inúmeras contribuições teóricas e analíticas para Análise de Discurso (AD). Uma teoria que, segundo a própria autora, não pode ser estanque por natureza própria de sua epistemologia e fazer analítico, visto que “é, sobretudo, a prática analítica que nos leva à reflexão, a deslocamentos teóricos, ou a descobertas de procedimentos de análise, e avanços metodológicos” (ORLANDI, 2017, p. 281).

Já de início encontramos o primeiro capítulo após o sumário, o livro não conta com prefácio ou introdução. A obra é dividida em quatro partes (*Eu, Tu, Ele* e *Eu, Tu, Ele*) mais o posfácio. Alguns capítulos abrigam textos já apresentados em eventos, projetos de pesquisa e grupos de estudo, mas agora os encontramos articulados com a que entendemos ser a questão central do livro, a alteridade (constituída na relação entre *Eu, Tu* e *Ele*). Em cada seção é dada ênfase em diferentes aspectos: interpelação ideológica em *Eu*, corpo e espaço em *Tu*, (re)ocupação e (re)significação em *Ele* e equívoco na ordem da língua em *Eu, Tu, Ele*. Isso de um modo que cada “pronome” não resulte em um fechamento em si, ou seja, não temos como tratar do *Eu*, na AD, em uma concepção hermética, pois o sujeito da AD é constituído por/nas relações, isto é, na relação com o outro/Outro (e em constante movimento).

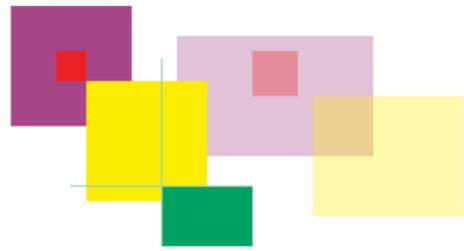


Cada um dos capítulos do livro traz análises e aspectos teóricos diferentes, pensando a partir da base epistemológica da AD, a historicidade da língua e dos sujeitos (o materialismo histórico), a linguística (a língua em sua autonomia relativa) e seu objeto, o discurso (determinado historicamente), em que todas essas regiões “[...] são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX E FUCHS, 1997, p. 164). Iremos comentar cada seção a fim que essa resenha também sirva de algum modo como guia de leitura do livro.

A primeira seção, *Eu*, antes de introduzir e analisar as lendas populares do sul de Minas Gerais, começa com uma discussão acerca da liberdade, questionando como essa palavra, no modo de produção capitalista determinada por saberes individualizantes (a primazia do indivíduo, dentro da, nas palavras da autora, *ideologia individualista*), se confronta com o real, com as reais condições (e possibilidades) de sua prática e existência. A autora mobiliza conceitos como interdiscurso, interpelação ideológica e processos de identificação para trazer a noção de narratividade das lendas urbanas (elaborada na sequência), em uma perspectiva discursiva (indo além do gênero textual e da situação de enunciação).

No capítulo *Ideologia e Inconsciente*, Orlandi faz reflexões sobre a liberdade a partir de Sartre e o engajamento do sujeito na afirmação “Eu sou aquilo que faço com o que fazem de mim” (ORLANDI, 2017, p. 14). A discussão sobre liberdade, tão cara ao sujeito da modernidade capitalista, já de antemão é confrontada pela autora, sendo “[...] inseparável das condições concretas de seu exercício na relação dialética entre subjetividade e história” (ORLANDI, 2017, p. 16). Trata-se de uma premissa irrevogável da AD: o sujeito não transcende a história, uma colocação que muitas vezes é vista, erroneamente, como uma falha da teoria ao *não permitir* a liberdade do sujeito. Ao contrário, a interpelação ideológica, que, segundo Althusser (1985), transforma o indivíduo em sempre já-sujeito, é constituída na *relação* material entre classes assimétricas/antagônicas (no modo de produção capitalista). Só existe sujeito (e o sentido) nessas relações, no movimento, na metáfora. Não se trata de cópias ou repetições (de produção industrial de sujeitos históricos), mas de um movimento dialético sujeito a derivas, ou, segundo Pêcheux (2014), *não há ritual sem falhas*.

No mesmo capítulo, Orlandi aponta sobre o funcionamento do interdiscurso, da matriz irrepresentável dos sentidos constituída pelo esquecimento, “Alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente” (ORLANDI, 2017, p. 16), adicionando que é também atemporal, ou seja, não é algo que segue uma linha cronológica. Não haveria passado,



presente ou futuro na memória. E é pela irrepresentabilidade do interdiscurso que surge a ilusão do sujeito como origem de si mesmo. Da sentença de Sartre, Orlandi propõe uma paráfrase “[...] naquilo que me diz, eu me digo” (ORLANDI, 2017, p. 17), uma elaboração que ressalta a contradição e a incompletude do sujeito e da língua, mas que justamente marca o lugar do possível. Em outras palavras, a incompletude permite o movimento da significação.

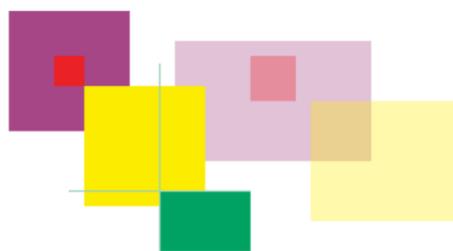
A autora discorre sobre a conjunção e que marca o nome do capítulo (*Ideologia e Inconsciente*), defendendo que o que regula a compatibilidade dos elementos conjugados é da ordem do discurso. No caso, essa coordenação implica um efeito duplo de (des)ligamento, ou seja, ao mesmo tempo que relaciona os dois elementos, os separa, marcando um descompasso entre um e outro. Isso seria consequência da divisão (não unicidade) dos sujeitos e sentidos. Há uma relação inseparável, mas dividida, contraditória no sentido marxiano, em que algo é e não é ao mesmo tempo. Relacionar ideologia e inconsciente não significa tratá-los como sinônimos, no sentido de possibilidade de trocar um pelo outro, mas sim que o processo discursivo é constituído por essas duas noções que funcionam em relação uma com a outra, em pontos inacessíveis ao sujeito. Isso acarreta uma série de conceitos e noções, como os esquecimentos 1 e 2 (que têm como consequência a ilusão do sujeito como origem dos sentidos e das formulações, respectivamente).

Ainda no mesmo capítulo, Orlandi reflete acerca da divisão do sujeito a partir da prática laboral no capitalismo. Referenciando Marx, a autora aponta que o trabalho atravessa a subjetividade, sendo “[...] *modo de individuação* do sujeito sustentando sua inscrição no processo de identificação.” (ORLANDI, 2017, p. 22, grifo da autora). O ofício desempenhado não apenas significa diferentemente, como no exemplo do catador de lixo e do empresário, mas constitui sujeitos diferentes dentro do contexto sócio-histórico e ideológico.

Segundo Orlandi,

O funcionamento, a falha (da língua), o equívoco e a interpretação (da exterioridade constitutiva, historicidade discursiva) é que nos permitem trabalhar tanto com o processo de identificação do sujeito, sua posição, como com o processo de significação e seus efeitos, o não exato (ORLANDI, 2017, p. 27).

Assim, a falha da/na língua não é somente algo que *acontece*, mas é justamente o que nos permite teorizar, mesmo parecendo uma contradição imediata, sobre a interpelação ideológica. É justamente aí que residem diferentes posições, as *incompreensões*. Não havendo a falha, o sujeito ideológico seria apenas sujeito *da língua*, seria a realização do



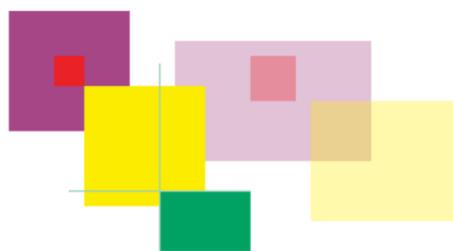
universo logicamente-estabilizado de que fala Pêcheux (2015). No entanto, em nossa perspectiva analítica, o que temos é confronto entre a falha e esse mundo aparentemente unívoco, “Ilusão de transparência e equivocidade que se cotejam, na relação entre pensamento, linguagem e mundo” (ORLANDI, 2017, p. 27).

Nos dois capítulos seguintes, *Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória* e *Uma lenda urbana: o capeta de borda da mata*, Orlandi (re)elabora a noção de narratividade dentro da teoria do discurso, afastando-a do sentido de gênero textual, da retórica, entre outros. Essa noção é teorizada em um espaço diferente do trabalho realizado por Mariani em sua tese, em que a narratividade, o contar uma história de forma coerente, era, de forma sucinta, um efeito do discurso jornalístico.

A narratividade, pensada pela discursividade, é apoiada na individuação do sujeito pelo Estado, como ele fala sobre si em processos identitários. Orlandi, através desse conceito, desenvolve o processo de constituição do sujeito, pois se trata de um modo “no qual se expõe o funcionamento narrativo da memória no sujeito” (ORLANDI, 2017, p. 48). Mais do que uma forma discursiva, a prática de (re)contar as lendas (não apenas as lendas urbanas, mas trazendo-as aqui por ser material de análise da autora) faz com que o sujeito se inscreva identitariamente a partir delas no Outro/ideologia, atualizando uma memória e mantendo-a no imaginário social das localidades onde são conhecidas, no caso, o sul mineiro.

A autora então analisa esse processo a partir de duas lendas: a do *Corpo-Seco* e a do *Capeta de Borda da Mata*. As lendas não têm estabilidade, possuem variações dentro da mesma história. Assim, um conto, que aparentemente é apenas reproduzido, pode ser “aumentado” no processo de circulação, ao que a autora recupera uma reflexão sobre o conceito de variação, em que “não há senão versões”. O objetivo da análise desses materiais não se deu no intuito de compará-los ou chegar à versão “verdadeira”, mas para analisar seus elementos e como os sujeitos se dizem a partir deles. Curiosamente, segundo a autora, a maioria dos que as contavam diziam não acreditar nas lendas, mesmo que fossem assombrados por elas (sentiam medo ao contá-las).

As lendas urbanas são (re)contadas socialmente, assim como ocorre nos boatos. É nessa circulação de boca a boca que elas existem materialmente. Elas trazem um aspecto familiar, geralmente ocorrem com *alguém/algum lugar conhecido*, ou *alguém que todo mundo sabe quem é*, às vezes atribuído a lugares específicos, *locus significativos* (uma casa, uma



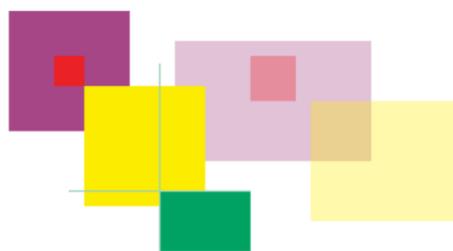
estrada, essenciais para a construção da narrativa), ou a certas pessoas (o antigo morador, a filha do agricultor). As lendas individualizam os sujeitos como pertencentes a aqueles locais.

Nas narrativas de assombro das duas lendas vemos que surgem representações do *Mal*, que articulam tabus e discurso religioso, acompanhada de uma história e uma certa *performance*, pois remetem a uma série de comportamentos que transformam alguém na figura amaldiçoada. Ato *trazem* o mal para o mundo, assim como (re)contar as lendas causa o efeito de medo, como se a palavra tivesse o “poder de tornar presente a ‘assombração’” (ORLANDI, 2017, p. 46). O Corpo-Seco seria alguém tão cruel que foi recusado por Deus, o Diabo e a terra, restando vagar pela região; o Capeta da Borda da Mata, que surge por pedido de uma pessoa, só desaparece após rituais de exorcismo.

O que nos leva a concluir que estas lendas são parte da memória, da individuação dos sujeitos, e uma forma de laço (liame), pelo assombro, produzindo seus efeitos na identidade social. Sem deixar de referir ao fato de que, não só na circulação, mas também na sua materialidade evocativa da presença, estas lendas de assombração, produzem seus efeitos: são palavras com o poder de presentificar, de manter (ORLANDI, 2017, p. 47).

A segunda seção, *Tu*, aborda as discursividades acerca da brasilidade. Se dizemos que na AD a *exterioridade* é constitutiva, na formação brasileira temos a exterioridade (o que vem de fora) concreta dos corpos migrantes ou mercantilizados que vieram a esse território, o que a autora chama de *corpo memória*. O próprio corpo torna-se materialidade e seu movimento (coercitivo ou não) entre espaços diferentes leva “os sujeitos a inventarem sua liberdade, arrumando um espaço em movimento: serem ‘outros’” (Orlandi, 2017, p. 73).

No capítulo inicial dessa seção, *Um corpo imigrante*, é retomada a noção de variação, “as versões possíveis” (ORLANDI, 2017, p. 74) resultadas pelo confronto entre o silenciamento e a falha. Pensada a partir da definição de efeito metafórico de Pêcheux: o funcionamento do interdiscurso na formulação dos enunciados, abrindo espaços de deslizamentos e pontos de deriva, Orlandi (2017) a desloca para a unidade texto (para além dos enunciados), sendo “as múltiplas versões possíveis da textualização do discurso” (ORLANDI, 2017, p. 76), ou, novamente, *não há senão versões*. Isso introduz a discussão acerca dos imigrantes, fugindo do aspecto da lembrança (um tipo de memória psicologizante) ou da nostalgia, mas trazendo a memória na materialidade do corpo, trabalhando sua narratividade/textualidade (o que o corpo diz sobre o imigrante?), relacionando-os às condições de produção sócio-históricas e conjunturais do espaço-tempo.



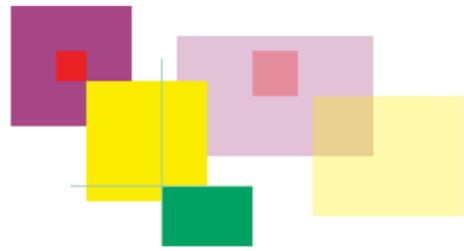
Orlandi (2017) reflete sobre sua própria história e família para discorrer acerca da discursividade migrante. Importante pontuar que suas reflexões sempre são elaboradas a partir da presença/ausência, ou o que se diz e o que se silencia (não por vontade do sujeito, mas pelo próprio funcionamento da memória, constituída pelo esquecimento). Também são articuladas as relações entre a colonização e a imigração (os corpos, em suas materialidades, e os lugares), pois esta também constitui o processo de colonização (assumindo diferentes formas a depender das condições históricas – administradores e clérigos em um primeiro momento e mão-de-obra industrial em outro -, considerando o Brasil).

É interessante observar o fio condutor do livro, que é fundamentalmente teórico. Mesmo que cada seção e capítulo tragam diferentes materiais de análise e *versões* da teoria, para utilizar o conceito da autora, no sentido de que a análise é capaz de modificar/deslocar o dispositivo teórico através de suas especificidades, vemos que os conceitos reaparecem e retornam para serem articulados em diferentes *corpora*. A narratividade, por exemplo, é trazida para analisar o corpo/sujeito migrante, não ficando restrita às lendas urbanas.

Do migrante, passamos a um debate sobre o preconceito no capítulo seguinte, *Do fato para o acontecimento (da diferença à resistência)*, e como podemos analisá-lo a partir da AD. Afastando-se da concepção idealista de que o sentido está ligado estritamente às palavras, a autora questiona o politicamente correto em suas respostas ao preconceito. Não são as palavras as responsáveis pela discriminação e interdição de certos sujeitos, devemos pensá-lo discursivamente.

O preconceito é uma discursividade, que circula sem sustentação em condições reais, mantida por um imaginário atravessado por um poder dizer que silencia sentidos na base do próprio processo de significação. [...] há um imaginário social que vai constituindo direções para esses sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros, de acordo com as relações de força e de poder que presidem a vida social, e a relação com a alteridade (ORLANDI, 2017, p. 94).

O funcionamento discursivo do preconceito, segundo Orlandi, se dá pelo silenciamento. Não o silenciamento fundador (dos sentidos), mas o de censura e interdição. Tratando-se do racismo, há, segundo a autora, uma interdição em *ser* negro, incidindo na cor da pele, não apenas em predicados formulados sobre o negro, mas uma proibição de sua própria existência. Essa interdição ocorre no processo de individuação pelo Estado,



estabelecendo um processo de interpelação com o outro (sociedade) e o Outro (historicidade, interdiscurso) de maneira específica para os sujeitos de cor de pele negra.

Em seguida, no último capítulo dessa seção, *Malabares a relação entre espaços: o factual e a tópica cívica*, temos a ocupação das ruas, mais especificamente os semáforos pelos malabares. Nesse trecho, a partir da análise apresentada, é possível compreender como o espaço urbano afeta e constitui os sujeitos. Na entrevista feita com esses trabalhadores marginalizados, há o seguinte dizer “Minha vida é o semáforo”, ou seja, o sujeito se diz (faz sua narrativa) a partir do espaço de seu trabalho. Ele é aquele lugar e não (somente) está lá, torna-se um lugar atravessado pelo simbólico, mais que empírico.

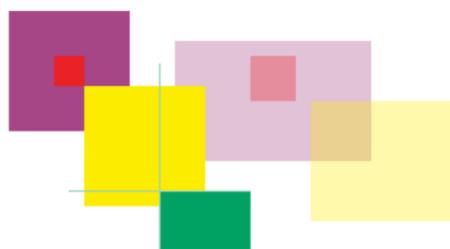
A partir disso, a autora define a noção de tópica cívica,

Definimos a tópica cívica pela articulação entre relações espaciais e formações sociais, como lugares institucionais, que dão forma e sentido aos sujeitos urbanos, aos “cidadãos”, e ao modo como eles percorrem os movimentos sociais ou os movimentos da sociedade, em suas manifestações, percorrendo “lugares”, que não consideramos como lugares empíricos, mas simbólicos e socialmente declinados, que se *materializam* (ORLANDI, 2017, p. 121, grifo da autora).

Desse conceito a autora elabora o processo discursivo de exclusão de certos grupos como os malabares e pichadores. Essa relação tensa e constitutiva com os espaços (simbólicos) da cidade, onde há exclusão, silenciamento e não reconhecimento da cidadania dessas pessoas, como se “sobrassem” no espaço urbano, mesmo estando empiricamente lá. Segundo a análise de Orlandi, esses sujeitos só conseguem se introduzir no simbólico a partir desses lugares (físicos), constituídos na alteridade com o espaço que ocupam.

A terceira seção, *Ele*, temos, inicialmente, como material de análise a chamada dancinha em sua questão sobre ocupação/simbolização no espaço urbano. Na sequência, o material analisado é a designação da Serra da Mantiqueira entre línguas e sentidos em tensão, articulando às temáticas, discursivamente, questões linguísticas¹ e na formação da língua brasileira a partir dos povos indígenas. Por fim, termina analisando questões internacionais em sua igualdade formal, em que todos os países teriam o mesmo estatuto, e assimetria material, as relações norte-sul, as antigas metrópoles/colônias.

¹ Entre a língua imaginária (institucionalizada) e a fluída (do concreto e do movimento).



Mesmo nessa grande abertura temática, Orlandi (2017) consegue (re)articular as definições que vêm sendo trazidas ao longo do texto, principalmente a narratividade e a tópica cívica. No capítulo *Dancinha: da rarefação do espaço social para as ruas. Ou uma rua chamada terra brasileira, na zona leste de São Paulo*, a autora entende que a música (e as danças e músicas) constituem um imaginário social, a partir da divisão material de uma formação social capitalista, em que uma música “da Favela”, significa diferentemente, entre contradições, grupos sociais e espaços diferentes, de uma música “do centro”.

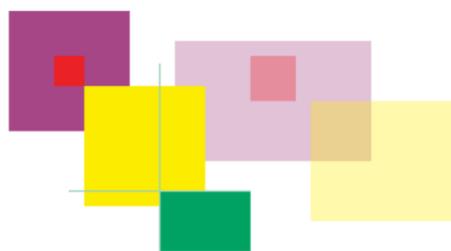
[...] a materialidade espaço Favela faz seu sentido em nós. E não falo aqui do espaço físico. Mesmo em outro lugar empírico, por exemplo, uma rua de um bairro, o espaço material Favela está se simbolizando nos corpos que os que moram na Favela trazem/carregam consigo, para a rua do Bairro. Corpo já significado pelo espaço que o habita, que ele habita (ORLANDI, 2017, p. 133, grifo da autora).

A presença desses corpos significa diferentemente de apenas passantes (transeuntes) ou da composição de um cenário urbano, eles irrompem (n)os sentidos da cidade em seus movimentos, ocupações e danças. Importante ressaltar que essa ocupação geralmente não acontece em espaços fechados, mas em espaços abertos, públicos, onde os próprios sujeitos, com seus corpos simbolicamente interditados, assim como nos Fluxos, mexem com as redes de sentido entre corpo-dança-espaço urbano.

Retornando à colonização, neste momento à questão indígena, Orlandi analisa questões linguísticas e históricas da constituição do (português) brasileiro no capítulo *A mantiqueira*, como no caso dos deslizamentos da designação (e narratividade) da Serra da Mantiqueira, amantikir/amantiquir observando a produção de um efeito metafórico entre línguas. Pela sua análise, vemos que não apenas a forma (a palavra) se desdobra diferentemente (no tupi-guarani significaria amana – chuva – e tikira – gota), mas que há uma lenda indígena² que constitui a narratividade sobre o espaço (em uma interpelação específica, fora do Estado e do capitalismo), uma história silenciada na versão brasileira.

Esse sentido mítico, em que para os indígenas “o mito e a realidade se envolvem e se desdobram” (ORLANDI, 2017, p. 160) se perde em sua versão “portuguesa”, há um silenciamento não só da lenda, mas do sujeito-indígena por ela contada. Reflete-se assim da

² A autora descreve a lenda na página 160.



constituição dos sujeitos pelos seus dizeres e do seu apagamento através do silenciamento/esquecimento (esquecimento não no sentido da ilusão subjetiva de constituição/formulação, mas como apagamento). No entanto, há traços da outra língua,

[...] em uma língua há sempre outras línguas. Na constituição desta relação entre línguas, de que aqui nos ocupamos, no entanto, há uma particularidade, pois ela se faz também por um gesto interpretativo que faz intervir uma lenda. [...] Há o funcionamento narrativo de uma língua na outra língua que (sobre)carrega a língua brasileira em sua forma material. Sobrecarga da lenda com a narratividade que disponibiliza a polissemia na memória polilinguística de sua identidade (Orlandi, 2017, p. 175).

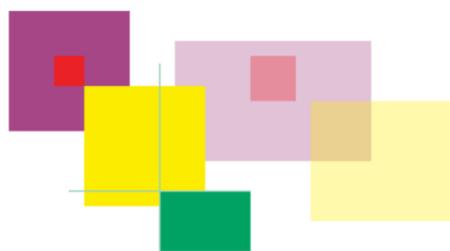
Por último, na esteira da discussão sobre colonização, Orlandi aborda aspectos da ciência da globalização sob os efeitos da americanização das relações internacionais no capítulo *Internacionalização, mundialização e colonização científica*. A autora também disserta sobre o (atual) estado e o futuro das relações internacionais, a partir da perspectiva de centro/periferia e de como a ordem mundial caminha para um mundo multipolar, não mais centralizado nas decisões de Washington.

A autora critica o funcionamento da cientificidade na atual conjuntura e questiona a prática científica, atravessadas por procedimentos e técnicas em escala internacional, hierarquizando saberes e práticas ditadas de maneira assimétrica a partir de convenções internacionais, definidas nos centros capitalistas. O próprio Pêcheux em diversos momentos questionou o lugar das ciências humanas (e suas práticas) nas universidades. Uma tendência (digamos, burguesa) se mantém.

Os estrangeiros têm passe livre³, nós pagamos o pedágio interno. É o que acontece também em nossa vida intelectual, científica. A essas características de uma fronteira que se traça de fora para dentro, do acontecimento discursivo da colonização, se sobrepõe, atualmente, os modos de significar da globalização, uniformizando o que seria universal (ORLANDI, 2017, p. 178).

Nesse debate, surge a discussão sobre a “democracia”, enquanto um dos discursos unificadores, fonte da propaganda militar dos Estados Unidos, em que seriam eles os bastiões dessa forma política, responsáveis por *exportar* para o mundo seus valores e modelos ditos superiores. Vimos que essa campanha tem resultado em diversos conflitos armados, como

³ Acreditamos ser importante destacar que não é todo estrangeiro que tem passe livre, apenas os brancos do centro capitalista, há um funcionamento hierárquico sobre os locais de onde vem os corpos migrantes e suas cores.



Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria, entre outros. Orlandi questiona as *evidências* dessa democracia e como os efeitos produzidos a partir desse significante estão ligados ao modo de produção capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos.

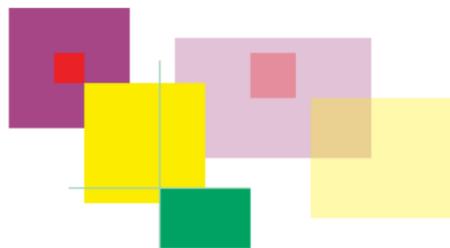
A quarta seção, última antes do posfácio, *Eu, Tu, Ele*, é elaborada acerca de questões que envolvem a sexualidade (mais especificamente como a linguagem aparece nas identidades e orientações sexuais, e suas *soluções* mais comuns), o discurso digital (em seu complexo funcionamento) e uma reflexão sobre ideologia e sonhos (no sentido psicanalítico).

Marcando o título do primeiro capítulo da seção, *A ordem da língua e a dêixis discursiva (uma crítica ao linguisticamente correto)*, Orlandi apresenta a noção de dêixis discursiva, em que esses itens lexicais podem ser analisados em uma perspectiva discursiva, diferente da semântica formal em que se buscaria apenas encaixar a referência para completar o enunciado. A autora faz uma breve análise da seguinte sentença,

Ao dizer, “Eu amo aquela paisagem” (acentuando a pronúncia de *aquela*), posso estar indicando, simultaneamente uma forma (pronominal) marcada por um tempo (no caso, pretérito perfeito), em que *aquela* indica, também, outro espaço e tempo simbólicos, os de um já vivido, em outro espaço concreto, marcado na historicidade. [...] O verbo continua no presente em sua forma empírica, mas, materialmente, em termos de seu funcionamento discursivo, esta forma se carrega de passado e de outro espaço, em sua historicidade: esta “coisa” cuja construção discursiva referencial resulta em “paisagem”, está, por exemplo, no passado e em outro espaço vivido (ORLANDI, 2017, p. 204-205).

A questão da diversidade é latente na conjuntura atual e temos um leque de diversas denominações que dão a ilusão de uma certa estabilidade de categorias a partir das quais os sujeitos se dizem sobre si, narrativizando a si próprios. No mesmo capítulo, Orlandi critica a ideia de papéis de gênero, pois as filiações dos sujeitos acontecem à sua revelia, na ordem do inconsciente, ou seja, não adiantaria *tomar consciência* do seu *papel* para modificá-lo, pois não os escolhemos de livre e espontânea vontade e tampouco os modificamos conscientemente. A autora também questiona as saídas “simples” de criar categorias que estariam supostamente saturadas na interpretação, ou melhor, neutras, onde a forma teria atingido um patamar em que o preconceito não acontece.

Pois, se não é a ciência biológica, ou o binarismo social (homem-mulher), que nos determina, no funcionamento da ideologia, não é nossa vontade pessoal tampouco que inscreve/define nossos processos de identificação, nem apenas o modo como somos individuados. Há rupturas, há falhas (Orlandi, 2017, p. 211).



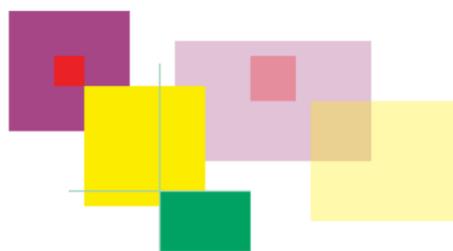
As tentativas de normalizar as questões de gênero apenas na linguagem, pela AD, serão sempre incompletas. Restringir à língua as disputas políticas em torno de gênero e sexualidade é manter a ilusão da univocidade da língua. Há derivas, e não são resultado apenas de má formulação das palavras, mas da própria incompletude da língua e dos sujeitos (divididos).

Sobre o discurso digital, no capítulo *Conhecimento e informação na vida social contemporânea*, Orlandi discorre sobre seu funcionamento a partir de sua dupla *incidência*, como condição de existência nas dadas condições de produção e como objeto de análise. O digital é uma materialidade que afeta as redes de memória, as posições autor/leitor. É atualmente um modo/lugar de sociabilidade, mesmo que seja mais “distante”, no sentido de que as relações se dão por formas fantasmagóricas, intermediadas por dispositivos e plataformas digitais (avatars, *likes* e interações com “similares”, as chamadas *bolhas* definidas por algoritmos).

Quando tomamos, como objeto de reflexão, o digital em suas condições de existência e de produção, há, como dissemos, uma clara dominância da ideologia pragmática (a da informação e da comunicação que engajam o cognitivo e o psicológico). O digital realiza fortemente a ilusão do sujeito pragmático (das coisas a saber). Assim, podemos considerar a materialidade digital como a realização, por excelência, da dominância do pragmático, ou, em outras palavras: o digital é hoje a condição de existência material da forma-sujeito histórica contemporânea (ORLANDI, 2017, p. 254).

O digital é analisado pela autora no contexto escolar, dialogando com o capítulo que questionava a ciência a partir do modo de produção capitalista em escala global, biologicista e experimentalista. Os sujeitos, através da socialização no meio digital, estão tomados pelo excesso, pela quantidade e repetição. Há a primazia da informação em detrimento do conhecimento, em que o essencial é a maior apreensão possível de conteúdos (volume numérico de aprendizado), afetados pela memória metálica, constituída pela repetição/circulação de textos no digital.

Por último, no capítulo *Sobre matéria, movimento e equívoco*, encontramos uma discussão que relaciona as diferentes abordagens de interpretação entre psicanálise e AD, tendo como ponto de partida os sonhos. As elaborações sobre os sonhos a partir da psicanálise dividem-se em sentido manifesto e latente.



Em termos de sua teoria, o *sentido manifesto* seria um despiste do superego (o censor da psique, que traz ou não para a consciência o que é da instância do inconsciente); enquanto o *sentido latente*, através da interpretação simbólica, revelaria o *desejo do sonhador atrás dos absurdos da narrativa* (ORLANDI, 2017, p. 269, grifos da autora).

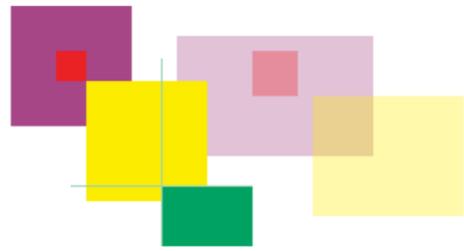
Relacionando-os aos conceitos da AD, os sonhos se afastam dessa noção de encobrimento para serem afetados pelo “[...] funcionamento do silêncio e do equívoco” (ORLANDI, 2017, p. 269), no entremeio do inconsciente e da ideologia. O funcionamento da memória através da narratividade, tratada ao longo da obra, é retomada mais uma vez nos sonhos, para verificar “[...] a maneira como a memória se diz” (ORLANDI, 2017, p. 271) nessa materialidade.

O posfácio, última seção do livro, conta com 54 páginas, sendo a segunda maior seção da obra, em um único capítulo chamado *Análise de discurso, alteridade, narratividade*, dividido em subitens que remetem aos capítulos anteriores. Encontramos retomadas (seguindo o movimento pendular entre teoria e análises), não em um sentido de sintetizá-las, mas para comentá-las e expandi-las, além de reflexões acerca do fazer analítico nas pesquisas em AD.

A teoria, conforme citamos no início da resenha, tem uma relação dinâmica com as análises, é afetada por elas. Trabalhar discursivamente não significa chegar ao real, à verdade, à interpretação unívoca, pois “o analista do discurso não interpreta o texto, ele interroga a interpretação” (ORLANDI, 2017, p. 282), ou seja, a especificidade da interpretação na teoria não se reduz a um método, mas é uma leitura materialista aberta à equivocidade. É a partir da determinação histórica dos sentidos, do funcionamento da memória e da possibilidade de deriva da língua que trabalhamos.

Das retomadas, temos comentários acerca de todos os conceitos trazidos no livro, como a noção de narratividade, de variação, de espaço, do funcionamento do preconceito. A autora também comenta sobre o atual estado da teoria no Brasil, que ultrapassa a visão de ser uma mera ferramenta ou instrumento a ser emprestado por outras áreas. Ao contrário, temos observado que sua atuação se amplia,

como ensinar a ler, escrever e interpretar, não só para saber a língua, mas compreender qualquer objeto de conhecimento, em suas diferentes áreas de constituição, articulado às diferentes formas de linguagem [...]. Não há lugar em que esteja a linguagem que não esteja, também, potencialmente, a Análise de Discurso, com sua teoria e método. E, conseqüentemente, a busca do



entendimento do sujeito, do sentido e da ideologia. No confronto do simbólico com o político (ORLANDI, 2017, p. 293).

Partindo para um efeito de fechamento, a obra, por sua divisão, em uma leitura desatenta poderia parecer ser dividida entre pronome pessoais que seriam do *Eu*, como funciona o “indivíduo”, o *Tu*, alguém a quem ele se dirige e *Ele*, alguém de quem se fala sobre. No entanto, desde o início, todos os pronomes remetem à relação entre os sujeitos (*Eu-Tu-Ele*), porque não existem sem alteridade. Como Marx (2013) apontou, o humano não se reconhece humano olhando-se no espelho, mas a partir da visão de outras pessoas, da alteridade e das relações. Nas palavras da autora sobre a alteridade “Também, não há sempre uma separação estrita entre eu e tu, entre tu e eu, entre eu e ele” (ORLANDI, 2017, p. 116-117).

Vimos que todas as análises, em parte aqui comentadas, a alteridade aparece. Não se isola o sujeito, mas entendemos a categoria a partir de *relações*, seja com o outro (sociedade) ou o Outro (historicidade, interdiscurso) nos discursos analisados e teorizados reunidos nessa obra de Orlandi.

Submissão: 10/10/2023

Aceite: 23/11/2023

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

MARX, K. **O Capital** - Livro 1 (Coleção Marx e Engels). 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Edição do Kindle.

ORLANDI, E. P. **Eu, Tu, Ele** – Discurso e real da história. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.